



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA - SEMRE
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota
00002979

Data e Hora de Emissão
16/11/2016 08:31:48

Código de Verificação
59500e3a

PRESTADOR DE SERVIÇOS



Nome/Razão Social: **MERCURY COMUNICACOES LTDA ME**
CPF/CNPJ: **07.965.517/0001-64** Inscrição Municipal: **0012447900-2**
Endereço: **AVENIDA HIROSHIMA, Nº1819 - BAIRRO CARANDA BOSQUE I - CEP:79032-050**
Município: **CAMPO GRANDE** UF: **MS**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **CARLOS EDUARDO XAVIER MARUN**
CPF/CNPJ: **408.585.450-04**
Endereço: **RUA VISTA ALEGRE, Nº332 - VILA ALMEIDA LIMA - CEP:79041-330**
Município: **CAMPO GRANDE** UF: **MS** E-mail: **betoline2@gmail.com**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição: DIVULGAÇÃO DE MATÉRIA DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES DO DEPUTADO FEDERAL CARLOS MARUN NO JORNAL BOCA DO POVO.
EDIÇÃO 840 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2016.
TÍTULO: DEPUTADO MARUN E BANCADA FEDERAL DO ESTADO FIRMAM PACTO PARA SALVAR CAMPO GRANDE

Tributável SIM	Item	Qtde	Unitário R\$	Total R\$
	DEPUTADO MARUN E BANCADA FEDERAL DO ESTADO FIRMAM PACTO PARA SALVAR CAMPO GRANDE	1	1.250,00	1.250,00
<i>Recebemos</i> <i>16/11/16</i> <i>[Assinatura]</i>				

PIS (0,0000%): R\$ 0,00	COFINS (0,0000%): R\$ 0,00	INSS (0,0000%): R\$ 0,00	IR (0,0000%): R\$ 0,00	CSLL (0,0000%): R\$ 0,00
-----------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------	----------------------------------	------------------------------------

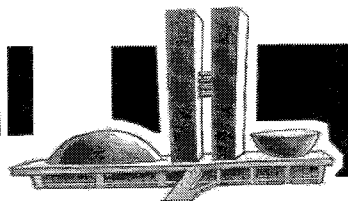
VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 1.250,00

Valor Total das Deduções: R\$ 0,00	Base de Cálculo: R\$ 1.250,00	Alíquota: 2,00%	Valor do ISS: R\$ 25,00
--	---	---------------------------	-----------------------------------

OUTRAS INFORMAÇÕES

Mês de Competência da Nota Fiscal: 11/2016
Recolhimento: ISS A RECOLHER PELO PRESTADOR
CNAE: 582210000

Local da Prestação do Serviço: CAMPO GRANDE/MS
Tributação: TRIBUTÁVEL S.N.
Descrição da Atividade: Edicao integrada a impressao de jornais



DEPUTADO MARUN E BANCADA FEDERAL DO ESTADO FIRMAM PACTO PARA SALVAR CAMPO GRANDE

Em reunião com a bancada federal de Mato Grosso do Sul ocorrida em Brasília, o prefeito eleito de Campo Grande, Marquinhos Trad (PSD), relatou que irá retomar e iniciar as obras do município que estão atrasadas. "Isso será prioridade a tratar assim que assumir o cargo em janeiro", afirma.

O deputado federal Carlos

Marun (PMDB-MS), após a retomada das obras de infraestrutura que devem ser feitas o mais rápido possível na capital. "Eu e o Marcos sempre tivemos uma relação fraterna, tenho obrigação de ajudar Campo Grande. Vi que ele ficou genuinamente feliz com a minha participação na reunião e disse que quer o meu apoio. O resul-

tado: questões superadas e vamos em frente", disse Marun.

Trad destacou que sua prioridade dentre as obras está a drenagem e recuperação do Complexo Anhanduizinho, no prolongamento da Avenida Ernesto Geisel. O investimento para a realização desta obra está estimado em R\$ 48 milhões.



PEDRO CHAVES BUSCA PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ANHANDUÍ, CABAÇA E AREIAS

O senador Pedro Chaves (PSC-MS), recebeu o prefeito eleito de Campo Grande, Marquinhos Trad (PSD), acompanhado do deputado federal Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS), e conversou sobre o apoio junto ao Ministério das Cidades para prorrogação do prazo de conclusão do projeto do término

do complexo Anhanduí, Cabaça e Areias.

"Falamos de novos investimentos e parcerias futuras. Pontualmente, Marquinhos pediu apoio para conseguir com o ministro das Cidades, Bruno Araújo, a prorrogação do prazo para conclusão do Projeto do Complexo Anhanduí, Cabaça e Areias em Cam-

po Grande, que se encontra em atraso e pode ter problemas. Me prontifiquei a acompanhá-lo nas audiências em Brasília", disse o senador. O deputado federal Luiz Henrique Mandetta e o senador Pedro Chaves já estão articulando junto ao Ministério das Cidades para tratar do assunto.



Autor dos livros "Trabalho e Democracia em Campo Grande" e "A Morena Campo Grande". Escritor e ex-Deputado Estadual.

Arthur Jorge do Amaral

arthurjdoamaral@uol.com.br

CONQUISTAS DO TERRITÓRIO DE MS-III

No terceiro capítulo, onde estamos observando as Conquistas de nosso Território, o enfoque é sobre a destruição do Forte de Igatemi, já então uma cidade; A redação no livro "SOU MS", É A SEGUINTE: "Ao tempo de 1777, quando da destruição do Forte de Nossa Senhora dos Prazeres de Igatemi, ficaram os exemplos da acirrada e sangrenta disputa pela área e território do hoje Mato Grosso do Sul, motivo do estudo e agora lembrados.

Saber que o Governador da Capitania Dom Rolin de Moura Tavares, sediado em Cuiabá e às voltas com a construção da futura capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, não tinha meio nem tão pouco condições de se voltar aos interesses no extremo sul. Foi por isto que o Governador da Capitania de São

Paulo se propôs a conduzir o processo da construção do forte em Igatemi, isto também porque a demarcação partindo do sul chegava apenas ao Salto de Guairá; uma providência teria que ser tomada e nesse momento que surge a figura lendária de Marques de Pombal, primeiro ministro de Dom José I, Rei de Portugal. Sua ordem foi cumprida.

O governador de São Paulo, para levar avante a empreitada do Forte, manda construir uma cidade e porto no Rio Tietê, como forma de suporte ao intercâmbio com a nova praça em solo sul-mato-grossense; após o envio de um exército de quase 400 homens, suas famílias e armamentos, equipamentos, tinha que atender as suas necessidades básicas; os meios de transporte e de comuni-

cação estava restrito ao rio Tietê, e depois descendo pelo rio Paraná; durante 12 anos da existência do Forte, com construção de arruamentos, casas residenciais, escola, igreja, plantações agrícolas de subsistência, criação de animais, este se tornava já uma cidade.

O ataque espanhol comandado pelo Vice Rei de Buenos Aires, com 3000 homens, e que redundou no afastamento de toda a população do Forte e consequentemente a sua destruição, podemos aqilatar a grandeza do assunto enfocado pela disputa do território; nesse mesmo ano de 1777 um Novo Tratado chamado de Santo Ildefonso a região ficaria indivisa e novas negociações teriam que ser feitas visando a resolver essas questões de domínio territorial."